



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e onze, às nove horas, sob a Presidência do deputado Gilmar Knaesel, reuniram-se os deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Gilmar Knaesel, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Sargento Amauri Soares, Silvio Dreveck, Aldo Schneider, Neodi Saretta e Manoel Mota. Aberto os trabalhos, o deputado Presidente colocou em discussão a ata da 3ª reunião ordinária, que em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato continuum, o Presidente passou a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, o Senhor Ubiratan Rezende e o Diretor de Contabilidade Geral, Adriano de Souza Pereira, que compareceram à reunião da Comissão acima epigrafada, para prestar contas sobre o cumprimento das metas fiscais no ano de dois mil e dez. A explanação faz parte das obrigações determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do Regimento Interno do Poder Legislativo, que estabelece que ao final de cada quadrimestre o Poder Executivo faça ao Poder Legislativo uma apresentação, demonstrando o cumprimento das metas fiscais. Na oportunidade membros da Douta Comissão levantaram dúvidas e questionamentos com referência principalmente, aos percentuais aplicados nas áreas de Educação e Saúde, renúncia fiscal e gastos na folha de pagamento. Com a palavra, o deputado Silvio Dreveck questionou as disparidades existentes entre os números apresentados pelo Executivo e os constantes nos relatórios publicados pelo Tribunal de Conta do Estado. Inferiu uma crítica a inclusão das verbas utilizadas no pagamento dos inativos nos índices obrigatórios para as áreas de Educação e Saúde, mínimo de vinte e cinco por cento e doze por cento da receita líquida de impostos respectivamente. Nesse eixo, o deputado Neodi Saretta e a deputada Luciane Carminatti afirmaram que as duas áreas possuem grandes demandas e que carecem de mais recursos além do mínimo estipulado. Afirmam que se os gastos com inativos forem computados, as verbas serão ainda menores, já a deputada Luciane Carminatti salientou que o Estado precisa adotar o piso nacional para o Magistério e o plano de carreira para as demais categorias. Seguindo, o deputado Sargento Amauri Soares protestou sobre a destinação dos recursos públicos, cobrou do Secretário uma maior valorização dos Servidores Públicos. Continuando, o deputado Manoel Mota elogiou os números apresentados e os ajustes pretendidos pelo Governo, afirmando ser esse o caminho para que se encontrem as



soluções que a sociedade catarinense almeja. No mesmo norte, o Presidente Gilmar Knaesel ressaltou que os números mostram a disposição do Governo em enxugar a máquina pública, destinando mais verbas para os investimentos, também levantou a possibilidade de se tornarem impositivas as demandas das Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado promovidas por esta Assembléia. O Presidente, diante desses pontos, passou a palavra ao Secretário, que afirmou que as questões levantadas são provocantes e interessantes, mas que muitas vezes possuem mais relação com o processo de formulação de Políticas Públicas Brasileiras do que com a Secretaria da Fazenda e que os diferentes números apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado se devem a base de cálculo adotada. Os números do total de dezoito bilhões e duzentos milhões de reais arrecadados em dois mil e dez, depois de repassar recursos aos municípios e ao FUNDEB, restaram treze bilhões, para serem aplicados na manutenção dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, na prestação de serviços e na realização de investimentos. Sobre a indagação do Deputado Silvio Dreveck sobre a inclusão das verbas utilizadas no pagamento dos inativos nos índices obrigatórios para as áreas de Educação e Saúde, o secretário ressaltou que será excluído da folha de pagamento cem por cento da folha da saúde e aproximadamente oitenta e cinco por cento da educação até 2011, com tudo finalizou sua participação na reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em trinta de março de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação